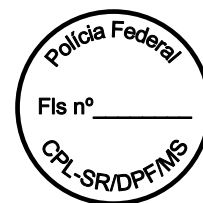




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL
EM MATO GROSSO DO SUL



Anexo I

Termo de Referência

1. Objeto:

O presente Pregão tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES (ESTANTES DESMONTÁVEIS EM AÇO) PARA SUPRIR ESTA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL**, conforme especificações, quantidades e condições constante no Edital e Anexos.

1.1 Material:

item	Descrição	Quantidade	Valor Médio unitário	Valor total previsto
1	Estante desmontável em aço, com 9 prateleiras reforçadas de 400 mm x 920 mm em chapa nº 22 (0,75 mm de espessura), 4 colunas em perfil "L" em chapa nº 14 (2 mm de espessura) e 2.600 mm de altura, com reforços em "X" nas laterais e no fundo em chapa nº 14 (2 mm de espessura), com tratamento antiferrugem e pintura eletrostática em pó na cor cinza, desmontada.	46	R\$ 573,76	R\$ 26.392,96

TOTAL GERAL: R\$ 26.392,96

2. Justificativa:

Com a inesperada, porém urgente, transferência de arquivos da Delegacia de Polícia Federal de Ponta Porã/MS para o Arquivo Geral desta Superintendência, o atual mobiliário destinado à guarda de expedientes contido em ambas as salas de armazenagem ficou próximo do limite de armazenagem.

3. Legislação e normas a serem cumpridas:

Os fornecedores deverão observar os seguintes dispositivos legais: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto 6.204, de 5 de setembro de 2007; Lei nº 8.078, de 11 de novembro de 1990; Decreto 3.722, de 9 de janeiro de 2001; IN/SLTI-MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010; Lei nº 8.666/93 subsidiariamente; o Edital e anexos.

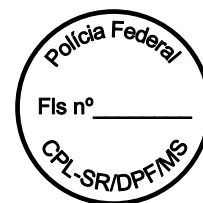
4. Observações:

- A licitante vencedora deverá adotar cautelas especiais para o transporte dos materiais até o endereço indicado, pois o recebimento provisório poderá ser recusado caso o objeto esteja amassado, riscado ou apresente qualquer outro dano visível.

4.1 Local de Entrega



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL
EM MATO GROSSO DO SUL



Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul.
Núcleo Administrativo
Rua Fernando Luiz Fernandes, nº 322 – Vila Sobrinho
CEP 79110 503 - Campo Grande-MS

4.2 Prazo de Entrega

O prazo máximo será de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho.

4.3 Do recebimento do Material

O material adquirido será recebido provisoriamente pelo Núcleo Administrativo da Superintendência de Polícia Federal no Mato Grosso do Sul e definitivamente pelo Setor Demandante.

Os materiais poderão ser submetidos ao Setor Técnico Científico - SETEC desta Superintendência para perícia e comprovação de que os mesmos atendem as exigências editalícias.

5. Das Obrigações da Contratante e da Contratada

Além das obrigações resultantes da observância do item 2, CONTRATANTE e CONTRATADA deverão:

5.1. CONTRATANTE

- I. Receber os materiais conforme estabelecido no item 3.3;
- II. Atestar que os materiais entregues atendem ou não ao estabelecido no Edital e Anexo;
- II. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA;
- III. Aplicar à Contratada as penalidades legais, regulamentares e contratuais.

5.2. CONTRATADA

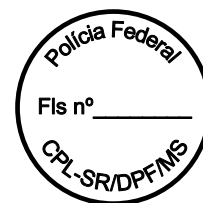
- I. Fornecer o objeto da contratação de acordo com o contratado, substituindo, em até 05 (cinco) dias úteis, materiais recusados por defeito ou irregularidades;
- II. Verificar junto às empresas fornecedoras/fabricantes dos materiais especificados, a disponibilidade e prazos de entrega dos mesmos, não podendo alegar posteriormente problemas de fornecimento e/ou impossibilidade de aquisição como motivos que justifiquem atrasos no fornecimento.
- III. Responder satisfatoriamente qualquer questionamento do representante da SR/DPF/MS, inerentes ao objeto da contratação;
- IV. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação ou, caso não seja cadastrado no SICAF, apresentar para cadastramento, que deverá ser feito pela Administração, sem ônus para o proponente, antes da contratação, a documentação apresentada para habilitação, devidamente atualizada.

6. Do pagamento

- 6.1 - O recebimento e a aceitação do objeto de licitação obedecerão ao disposto no artigo 73, inciso II, da Lei 8.666/93.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL
EM MATO GROSSO DO SUL



- 6.2** - O pagamento integral será efetuado pelo NEOF/SR/DPF/MS, em moeda corrente nacional, por Ordem Bancária, em até o trigésimo (30º) dia da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura pertinente, quando do recebimento definitivo do material, devidamente atestado pelo setor competente. Será admitido o pagamento parcial referente às mercadorias entregues até o final do exercício corrente.
- 6.3** - O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de sua utilização.
- 6.4** - A Nota Fiscal deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aquelas de filiais ou da matriz. As Notas Fiscais deverão conter discriminação idêntica à contida neste Termo de Referência.
- 6.5** - Antes da emissão da Nota de Empenho, será feita consulta ao SICAF e Órgãos da Administração, visando a constatação da regularidade da empresa.
- 6.6** - Conforme IN conjunta SRF/STN/SFC nº 04, de 18 de agosto de 1997, serão retidos os percentuais referentes a tributos e contribuições federais, exceto no caso de pessoas jurídicas optantes pelo "SIMPLES".

7. Das Sanções Administrativas.

7.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atraso no fornecimento e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, a seu critério, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) adjudicatária(s) as seguintes penalidades:

7.1.1. Advertência por escrito;

7.1.2. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega, montagem ou instalação dos materiais, até o limite de 10 (dez) dias corridos, calculada sobre o valor da Nota de Empenho, quando não comprovar motivo de força maior ou caso fortuito impeditivos do cumprimento da obrigação assumida dentro do prazo estabelecido, que venha a ser reconhecido pela Administração;

7.1.3. Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso na entrega, montagem ou instalação dos materiais, a partir do décimo primeiro até o vigésimo dia, calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

7.1.4 Multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total adjudicado, quando a adjudicatária se recusar a receber ou der causa à anulação da correspondente Nota de Empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;

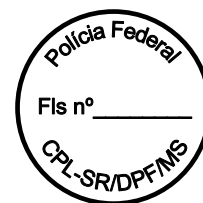
7.1.5 Declaração de inidoneidade quando a adjudicatária, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé.

7.2. As referidas multas serão descontadas do pagamento, paga por meio de GRU ou cobradas judicialmente.

7.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a empresa deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo de aplicação cumulativa das multas previstas no Edital, nos termos do parágrafo único do art. nº 14 do Decreto nº 3.555/2000.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL
EM MATO GROSSO DO SUL



7.4. Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito.

7.5. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na entrega do material advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

Campo Grande/MS, 5 de novembro de 2014.

Marcel Barbosa Ozuna

Agente Administrativo
SELOG/SR/DPF/MS
Arquivo Geral